

**RELATOS SINGULARES, EXPERIÊNCIAS
COMPARTILHADAS: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
NO BRASIL, NA FRANÇA E NO JAPÃO SOB O PRISMA
DA RAÇA/ETNIA/NACIONALIDADE, CLASSE E IDADE**

*Yumi Garcia dos SANTOS**

RESUMO: Este artigo investiga as “carreiras morais” de três mulheres chefes de família monoparental que compõem a minoria étnica e racial – objeto de estigma – no Brasil, na França e no Japão. Kika, brasileira de 55 anos, é moradora da periferia de São Paulo; Samantha, francesa de 42 anos, é oriunda de Martinique; e Rosa, 47 anos, é imigrante das Filipinas que mora no Japão. Inseridas em sociedades contrastantes do ponto de vista socioeconômico e cultural, são constatadas mais similitudes do que diferenças no processo de formação de identidade social dessas mulheres, que compartilham as discriminações por razões de classe, gênero e raça, obstáculos para o acesso ao emprego estável, cuja consequência é a precariedade econômica e social que se aprofunda com o avanço da idade.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma. Carreira moral. Mulher chefe de família monoparental. Raça/etnia/nacionalidade. Pobreza. Idade.

Apresentação

A partir dos relatos de vida de três mulheres chefes de família monoparental no Brasil, na França e no Japão, pretendemos expor sua “carreira moral” pautada pelo estigma¹ sofrido por causa de sua raça/etnia/nacionalidade, situações de pobreza

* CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Centro de Estudos da Metrópole. São Paulo – SP – Brasil. 04015-902 – umigds@uol.com.br

¹ A expressão “carreira moral” refere-se ao que Goffman (1961, p.127) descreveu como qualquer desdobraimento social no percurso de vida de alguém, tal carreira não sendo algo especialmente

e monoparentalidade, assim como a idade relativamente avançada (entre quarenta e cinquenta anos) que aprofunda sua precariedade socioeconômica. Esse artigo é parte de uma investigação mais ampla sobre as mulheres chefes de família monoparental no Brasil, na França e no Japão realizada para a minha tese de doutorado (SANTOS, 2008). Nela foram privilegiadas entrevistas qualitativas em profundidade – escuta, gravação e análise de relatos de vida de 39 mulheres chefes de família monoparental, no total, 13 em cada país. Essas investigações de campo foram realizadas no período de outubro de 2005 a dezembro de 2007 (no Brasil, na zona leste de São Paulo, na França, no Departamento de Seine-Saint Denis e em Paris e no Japão, nas províncias de Osaka, Hyogo e Hiroshima).

Vale contextualizar que, no Brasil, as famílias monoparentais femininas tem registrado alta proporção em relação à França e ao Japão, representando 12% do total de domicílios em 1981, 14% em 1990, 18% em 2001 e 18,0% em 2005 (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p.579). As ajudas familiares e da comunidade têm sido os principais recursos mobilizados, compensando a carência das políticas públicas. Se o Programa Bolsa Família implementado em 2003, entre outros programas de transferência de renda, representa um complemento financeiro importante para as mulheres chefes de família, os equipamentos públicos como creche e outras instituições que permitem a conciliação entre trabalho e família, e que resultaria numa autonomia financeira efetiva da mulher, assim como na redução da desigualdade de gênero, é ainda deficiente. A França, com 7,0% de domicílios chefiados por mulheres (INSEE, 2010; LE SERVICE DES DROITS DES FEMMES ET DE L'EGALITÉ, 2002), é um país onde o costume do casamento se transformou rapidamente desde os anos 70, sendo a coabitação a opção da metade dos domicílios formados por casais. As políticas públicas também se transformaram de acordo com tais modificações, acompanhando as mudanças da posição social da mulher e o crescimento das famílias economicamente precárias, com ênfase nas famílias imigrantes. Já no Japão, as residências chefiadas por mulheres sem cônjuge representam 1,6% do total de domicílios (MINISTRY OF HEALTH, LABOR AND WELFARE OF JAPAN, 2009). Apesar da existência significativa de políticas públicas para famílias monoparentais, estas não têm motivado reconfigurações familiares no mesmo ritmo dos países ocidentais. No entanto, o rápido crescimento

brilhante, tampouco um total fracasso. Segundo coloca o autor, existem três tipos de estigma: aquele que remete ao corpo (várias formas de “defeito” físico); aquele que condena aspectos de caráter individual (como “fraco de espírito, autoritário, passional, traiçoeiro, desonesto”), estes sendo inferidos, por exemplo, à desordem mental, ao alcoolismo, à homossexualidade, ao desemprego e ao comportamento político radical; e aquele direcionado à “raça, nacionalidade e religião, estigma que pode ser transmitido através de gerações, podendo estender-se a todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 1986, p.4). No caso das mulheres chefes de família monoparental que apresentamos neste artigo, aplica-se o estigma do segundo e do terceiro tipo.

do divórcio indica que já se iniciou o mesmo processo, ao mesmo tempo em que as mulheres têm evitado o casamento e a maternidade, o que explica em parte a baixa proporção de domicílios monoparentais.

Segundo Goffman (1986, p.1-2), o termo estigma tem sua origem na Grécia Antiga. Referia-se a “[...] sinais corporais através dos quais se demonstrava algo incomum ou mau no *status* moral de quem os portava. Os sinais eram cortes ou queimaduras que anunciavam que o portador era um escravo, um criminoso, ou um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, a ser evitada, principalmente em lugares públicos.” Hoje o significado do termo estigma conserva algo do sentido original, mas é mais aplicado à própria desgraça do que ao sinal corporal ou ao tipo da desgraça. Ainda segundo Goffman (1986, p.32), os indivíduos que carregam algum tipo de estigma tendem a possuir uma experiência similar do aprendizado sobre sua condição e a sofrer transformações semelhantes na concepção do Eu.

Trata-se do processo de socialização da pessoa estigmatizada em que o autor distingue duas fases iniciais. A primeira seria a do aprendizado e a incorporação da ideia geral da existência de um estigma particular e do que significa possuí-lo; a segunda é a do aprendizado de que a pessoa mesma possui um estigma particular e, de modo detalhado, as consequências de possuí-lo. O *timing* e a interação dessas duas fases iniciais (da carreira moral) formariam modelos de socialização dos indivíduos estigmatizados, estabelecendo os fundamentos para o desenvolvimento posterior das carreiras morais e fornecendo meios de distinguir entre elas. Nos quatro modelos apresentados pelo autor², é possível distinguir entre o estigma congênito e o estigma adquirido. No caso das mulheres que apresentamos neste artigo, ambos se aplicam: raça/etnia/nacionalidade, como elemento inato à pessoa, e monoparentalidade e idade, como características adquiridas numa fase mais tardia da vida. Classe tem a ver, de acordo com Weber (2004), com a situação do indivíduo

² Apresentamos aqui de modo resumido o que Goffman (1986, p.32-40) chama de modelos de socialização dos indivíduos estigmatizados. O primeiro modelo diz respeito a indivíduos que sofrem de estigma congênito e que são socializados dentro de sua situação desfavorável, ao mesmo tempo em que aprendem e incorporam os padrões tidos como normais que não conseguem atingir. O autor traz o exemplo das crianças órfãs, que aprendem que é normal ter pais, ao mesmo tempo em que crescem aprendendo o que é não tê-los. O segundo modelo provém da capacidade da família ou da vizinhança para se constituir numa cápsula protetora para seu jovem membro. Com tal proteção, a criança estigmatizada por causa de sua característica inata pode ser cuidadosamente protegida por meios de controle de informação. O terceiro modelo é ilustrado por aquele que passa a ser estigmatizado numa fase avançada da vida ou aprende tardiamente que sempre foi “desacreditável”. Segundo Goffman (1986), essa pessoa provavelmente terá problemas de (re)identificação e uma facilidade em desenvolver autocensura. Um quarto modelo é exemplificado por aqueles que são inicialmente socializados numa comunidade diferente da sua, seja dentro ou fora das fronteiras geográficas de uma sociedade tida como normal; eles desenvolvem, então, um segundo modo de ser, o que é considerado real e válido para as pessoas do meio.

em relação à propriedade e ao poder aquisitivo e, negativamente manifesta, designa, tipicamente, os indivíduos objeto de propriedade, desclassificados, endividados, desqualificados e pobres. Da mesma forma, é possível distinguir, a partir dos modelos de socialização de Goffman acima citados, a condição de desacreditada percebida pela pessoa estigmatizada tanto na fase inicial como em um estágio mais avançado da vida, o que parece influenciar a “carreira moral disponível” para o indivíduo estigmatizado (GOFFMAN, 1986, p.32).

Assim, questionamos neste artigo de que maneira as situações das mulheres de fazer parte da minoria social historicamente discriminada por razões de raça, etnia e nacionalidade, ser desqualificada e pobre, não possuir cônjuge quando a norma social predominante é a da família biparental (inclusive idealmente), e possuir idade relativamente avançada são vividas em contextos socioculturais contrastantes. Seriam estas características causa do fenômeno da feminização da pobreza frequentemente mencionado quando o aumento das famílias monoparentais femininas é apontado? (SANTOS, 2008) Para tanto, atentamos a privilegiar a raça/etnia e nacionalidade não somente como elementos estruturantes da trajetória individual, mas também enquanto fatores que impulsionam as ações dos indivíduos como processo da construção identitária destes a partir da “confrontação com os outros” atores, grupos sociais e instituições, constituindo-se em “experiência social” (DEMAZIÈRE; DUBAR, 2007, p.304). O estudo dessa interação deve analisar “Os processos através dos quais os atores acordam suas condutas, sobre a base de suas interpretações do mundo que os cerca.” (COULON, 2004, p.15).

O artigo está organizado em três partes descritivas sobre as trajetórias das três mulheres, na ordem Brasil, França e Japão; considerações a partir da comparação entre os três casos; e uma conclusão.

Kika (Brasil): carreira militante

Kika³ faz parte das militantes ao mesmo tempo feministas e ativistas da causa negra – cuja precursora é Lélia Gonzalez (1935-1994), cientista social, fundadora do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (fundado em 1978). Conheci Kika, liderança do movimento negro feminista, Iyalorixá (sacerdotisa e chefe de um terreiro de Candomblé) e moradora da periferia de São Paulo, em outubro de 2005, quando visitei a ONG Oriaxé, dirigida por ela. Nesse primeiro encontro, já começou a falar, apresentando a organização,

³ Nome não fictício, refletindo a preferência da entrevistada.

contando sobre a trivialidade da condição de chefe de família monoparental entre as mulheres negras por causa da organização da sociedade escravocrata em nosso país, assim como das consequências da abolição da escravidão na vida das famílias negras. Segundo ela, as mulheres negras trabalham e são chefes de famílias monoparentais desde a época da escravidão, sendo o fenômeno da participação feminina no mercado de trabalho e a formação de famílias monoparentais novidade apenas para mulheres de classe média branca. De fato, segundo Marcílio (1991), não havia, para os escravos, condições para firmarem matrimônio legal, pois isso não era estimulado pela Igreja, nem tampouco de interesse dos senhores. Ademais, a forte mobilidade espacial dos escravos no território nacional forçava a ruptura de laços afetivos entre homens e mulheres escravos e dificultava a formação de família biparental⁴. Quanto à situação pós-abolição, segundo Florestan Fernandes (2008, p.177-178), as dificuldades de inserção dos negros na sociedade de classe produziram as figuras da “mãe solteira” e do “filho natural”, resultado da “vida social anômica” a que eles teriam sido submetidos nas cidades. A falta da perspectiva de encontrar um trabalho decente, que permitisse ao homem negro vislumbrar mobilidade social, teria gerado, em parte, a figura do “negro malandro”, irresponsável (FERNANDES, 2008, p.202), obrigando as mulheres a assumirem sozinhas as crianças e a conciliá-las com o trabalho precário.

Kika estava com 54 anos quando a entrevista foi realizada, em 2005. Descendente de negros, índios e brancos, é mãe de quatro filhos, dois deles, então, de 16 e 13 anos, seus dependentes. Sua idade reprodutiva estendeu-se entre os 16 anos até, como ela mesma disse, próximo à menopausa, aos 41 anos. Kika cresceu em uma família igualmente monoparental e, como diz, matriarcal. Sua mãe já tinha três filhos do casamento anterior, desfeito por causa da violência constante do companheiro. Foi por meio de uma relação de apenas uma noite com um homem que ela teria engravidado de Kika. Criada com a expectativa de tornar-se professora, mas podendo trabalhar apenas como empregada doméstica por causa da deterioração da situação financeira da família, a mãe de Kika sentia profunda vergonha do “meio negro”, o que a fizera instalar-se com seus filhos num bairro de predominância branca na zona sul da cidade. Kika fora matriculada por sua mãe, que se preocupava com a educação da filha, num internato de freiras negras, como explicou, onde as meninas brancas de classe média tinham educação voltada para serem boas esposas, enquanto que as filhas de empregadas domésticas, como era o caso de Kika, deviam realizar o trabalho de manutenção do internato, como cozinhar e limpar.

⁴ Em oposição à tese da dificuldade de formação de famílias escravas estáveis, Rocha (2004) mostra a existência de múltiplos casos do enraizamento estável de famílias escravas, com ênfase no seu estudo de caso em Campinas.

Aos 15 anos, Kika foi iniciada no Candomblé, seguindo a tradição familiar. Pouco tempo depois, engravidou pela primeira vez, com 16 anos, ao se relacionar com um rapaz branco da vizinhança, irmão mais velho de sua melhor amiga. Era 1969. Foi por meio desse acontecimento que Kika “soube” que era negra, dada a violência do racismo da família do rapaz que, ao tomar conhecimento da gravidez, comunicou à moça que adotaria a criança caso esta nascesse “clara”. Não demorou para que o rapaz casasse com a noiva (ele já era noivo quando se relacionou com Kika), branca como ele. Com esse episódio Kika constatou que, por ser negra, era objeto de prazer sexual dos homens brancos.

Contando com o apoio de sua mãe para criar o filho, Kika continuou seus estudos e formou-se na área de publicidade, em uma faculdade privada. Trabalhou em um jornal e mais tarde, em agências de publicidade. Foi quando ainda trabalhava no jornal que a questão da raça e da etnia foi “redescoberta” como algo virtuoso, quando Kika “se reconhece negra” pelo olhar de um namorado branco, muito mais velho e casado.

Então, eu começo a assumir essa questão de identidade étnica a partir de... é muito importante. Esse relacionamento que eu tive com o W., eu vou pra publicidade, mas eu continuo uma pessoa sabendo que sou negra, mas sem reagir a esse novo momento, eu ainda estou na inércia. Esse W. começa a conversar comigo, ele viaja muito, ele traz coisas, me conta das coisas da África, não sei da onde, traz as fotografias que ele tirou. Ele começa a trazer à luz uma série de coisas e vão me empoderando. E aí eu me reconheço como negra. É engraçado falar isso, mas foi um homem branco.

Na mesma época, ela começou a participar da organização do movimento negro. Desde então, Kika nunca deixou sua militância.

Depois que sua mãe sofreu um acidente e ficou fortemente debilitada, foi a irmã mais velha de Kika que assumiu a chefia da família, mesmo permanecendo ausente do lar por muito tempo, pois trabalhava em circo. O matriarcado, segundo a família de Kika, é exercido por meio da divisão de tarefas entre duas mulheres: a mãe, que tem o poder de decisão dos acontecimentos familiares, e a irmã mais velha, que é responsável pelo provimento econômico da família. O comando materno não é exercido de modo individual, mas baseado em consultas que a mãe faz à filha provedora. Aos 24 anos, Kika assumiu a função de sua irmã, que veio a falecer com 35 anos, vítima de negligência hospitalar durante uma internação por convulsão. Ela adotou, então, a filha de sua irmã, na época com dois anos e meio.

Se, ao longo dos anos de trabalho em agências de publicidade – espaço essencialmente masculino de classe média, predominantemente branco – Kika sofreu assédio moral em maior ou menor grau, dependendo da época, nos últimos anos de trabalho em agência de publicidade amargou um ambiente hostil escancarado por ser mulher e por ser negra, acrescentando-se o fato de não ser mais tão nova, que a empurrou para fora do mercado publicitário. Desempregada aos 35 anos de idade, Kika passou por alguns “bicos” de pesquisa de mercado e realizou um curso de cabeleireiro, o que permitiu-lhe abrir um salão afro na região central de São Paulo. Foi nesse período, em 1988, que ela fundou uma organização sociocultural voltada para mulheres negras. Foi aí também que ela conheceu e viveu com o pai de seus dois filhos mais novos. Quando engravidou do segundo filho com esse homem do nordeste do país, já estava próxima à menopausa. O salão foi mantido por Kika por quatro, cinco anos, mas ela foi obrigada a fechá-lo por causa do impacto do Plano Collor.

Depois do fechamento do salão, Kika mudou-se com seus filhos para Cidade Tiradentes, onde havia conseguido adquirir um apartamento pela COHAB. Nesse entretanto, a relação com o companheiro deteriorou a ponto de ele tornar-se violento. Ela mesma atenta para o impressionante fato de ser feminista e consciente das injustiças sociais e, ao mesmo tempo, chegar a sujeitar-se à violência masculina. Foi preciso conhecer e realizar o curso de promotoras legais populares (PLP)⁵ para romper definitivamente a relação depois de um episódio em que pega uma faca para expulsar o companheiro de seu apartamento. A essa altura, em 1988, ela já havia fundado, com suas companheiras ativistas do movimento negro, uma associação de cultura e arte negra feminista, assim como de atuação na questão de defesa dos direitos da população negra. Desde 1995, a organização conta com a formação e o atendimento por PLPs, no que concerne a casos de violência doméstica e de discriminação racial.

Desde que se mudou para Cidade Tiradentes, Kika não tem conseguido encontrar um emprego fixo. Ela realiza serviços de faxina na vizinhança de modo esporádico e faz tranças afro para sustentar não somente seus dois filhos adolescentes, mas seu neto, filho do seu primogênito. Seu rendimento é baixíssimo, menos de um salário mínimo desde o final de 2005. Um irmão de santo vive com ela, mas não a ajuda no seu orçamento. Na época da entrevista, com 54 anos, estava diabética e hipertensa. E continua ativa nos movimentos negro e feminista popular.

⁵ Desenvolvido, anteriormente, em países como Peru, Argentina e Chile, o projeto de promotoras legais populares foi introduzido por grupos feministas no Brasil, em 1992. Ele consiste em oferecer cursos de “capacitação legal” das mulheres, isto é, promover o conhecimento das leis e dos mecanismos jurídicos para viabilizar a defesa dos direitos humanos das mulheres no seu cotidiano e em sua comunidade. Em São Paulo, começou em 1994, pela iniciativa da União Brasileira de Mulheres.

Samantha (França): carreira institucional

Samantha⁶, francesa de 42 anos, tem quatro filhos e é oriunda de Martinica, departamento francês de além-mar (*Départements d’Outre Mer – DOM*)⁷. Entrei em contato com Samantha depois de uma visita à sede da *Confédération des Familles Monoparentales* situada ao norte de Paris, cujas atividades pude conhecer por meio de uma entrevista com a presidenta da organização. Ao final do nosso encontro, pedi que ela me apresentasse a mães chefes de família que pudessem responder às minhas entrevistas. Foi assim que obtive o contato de Samantha, entre o de outras três mulheres. Realizamos a entrevista no escritório da sede, conforme escolha da entrevistada. Aparentando mais jovem do que a idade, Samantha é uma mulher negra com forte influência branca, resultado da história da colonização francesa nas Antilhas e da consequente miscigenação entre negros e brancos. Nascida numa família de sete filhos cujo pai era pedreiro e a mãe, cantineira, Samantha partiu sozinha para a capital francesa com 15 anos, quando ainda cursava o ensino médio, “para aliviar” sua mãe na criação dos outros filhos. Ela passou a morar com as irmãs mais velhas na França, mas a coisa “não ia nada bem”, pois suas irmãs a hostilizavam pelo fato de não possuir o mesmo nome de família do pai⁸ e, acima de tudo, segundo sua opinião, por possuir pele mais escura que a delas. Estas teriam puxado mais do que ela, ao pai, branco com sardas, e Samantha, à mãe, negra. Não mais suportando as brigas violentas com as irmãs, ela saiu do apartamento e passou a morar em casa de família, trabalhando como babá. Mais tarde, foi à procura de uma assistente social para solicitar uma moradia; conseguiu uma vaga em um abrigo para moças. Tendo que pagar aluguel, Samantha conseguiu trabalho em uma casa de cuidado aos idosos, onde permaneceu por cinco anos. Sob ameaça de perder o emprego, teve que trabalhar todos os dias, inclusive os de folga, sem direito a férias, para não falar dos finais de semana.

Samantha conheceu o pai de seus dois filhos maiores nessa época, um homem de Guadalupe, também um antilhês. A relação foi conturbada, marcada por repetidas brigas e reconciliações, o que fez com que Samantha pedisse demissão do trabalho e voltasse mais uma vez para Martinica em busca de tranquilidade junto à família. No entanto, sem trabalho no local, voltou a Paris e passou a realizar serviços de faxina,

⁶ Nome fictício.

⁷ Em 2006, 114.200 pessoas nascidas em Martinique residiam na França metropolitana, sendo esse número crescente de 10.000 pessoas na última década (INSEE). Se considerarmos o total de pessoas nascidas nos departamentos de além-mar conhecidos como as Antilhas (Guadeloupe e Martinique) e a Guiana Francesa, o total é de 250.345. A composição por sexo esta praticamente na mesma proporção (Id.).

⁸ O pai não reconheceu Samantha após seu nascimento, de modo que ela ficou apenas com o nome da mãe, cujas outras filhas com esse mesmo homem, diferentemente de Samantha, foram reconhecidas por ele e, portanto, têm o nome de família paterno.

confiando seu filho a uma creche. Samantha morou num quarto de hotel com seu filho durante um ano e, finalmente, conseguiu uma vaga em um abrigo para mães e filhos (*foyer maternel*)⁹. Passados dois anos no abrigo, ela conseguiu alugar um apartamento por intermédio de um amigo e encontrou um emprego de limpeza em uma clínica hospitalar. Sua paz durou pouco, pois foi expulsa do apartamento sob alegação de que não tinha pagado o aluguel. Na verdade, tendo que sair cedo para o trabalho e permanecendo no local o dia inteiro, ela confiava o dinheiro a um amigo para intermediar o pagamento. Samantha soube, então, que esse dinheiro não havia sido entregue ao proprietário. Na rua apenas com a roupa do corpo e com o filho de três anos, foi obrigada a voltar ao hotel¹⁰. Quando viu que não podia contar com a ajuda de ninguém do seu trabalho, ela preferiu “se fechar” e não contar o problema a ninguém, nem a suas irmãs. Repetindo o que fez anteriormente, solicitou uma vaga no abrigo para mães, o que lhe foi concedido um ano e meio depois de ter morado em quarto de hotel. A assistente social do abrigo viu que Samantha “se virava bem” e a ajudou para que pudesse sair do abrigo e viver em uma moradia social. Foi assim que ela conseguiu o apartamento HLM¹¹ em que vive até hoje, com os seus quatro filhos. No momento da entrevista seu filho maior tinha vinte e um anos, depois dele vinham um menino de onze anos, uma menina de sete anos e o caçula de quatro anos.

Samantha engravidou do seu segundo filho com o mesmo homem de Guadalupe. Quando estava de licença maternidade, foi surpreendida pelo aviso de demissão. Apesar de ter entrado com um processo contra o hospital, ela saiu derrotada pois o advogado do Estado não tratou o caso com seriedade. Desde então ela não tem emprego fixo; realiza bicos de faxina e ajuda no escritório da *Confédération des Familles Monoparentales*. Apesar de ter direito ao seguro desemprego, ele se encontra bloqueado na burocracia por engano, e tampouco tem direito ao RMI (renda mínima de inserção), pois é considerada receptora de seguro desemprego. Ela deseja obter o certificado para trabalhar na área do *care*, que se

⁹ A criação de instituições para mães solteiras generalizou-se na França após o aparecimento dos asilos para gestantes, principalmente entre 1939 e 1943, como parte integrante das políticas de natalidade baseadas no pensamento sanitarista. No sentido de revisar o caráter pontual desses asilos e promover a proximidade entre mãe e filho, foram criados, entre 1950 e 1960, os hotéis maternais, como eram denominados. Estes hotéis, posteriormente centros maternais, passaram a se organizar, a partir de 1970, em torno de projetos educativos para romper com o esquema da reprodução das dificuldades das mães solteiras, trazendo uma inovação em relação ao caráter assistencial em que eram baseados. Assim, atualmente, as mães solteiras podem ser acolhidas nos centros maternais desde o início da gestação, até que a criança complete, em princípio, 3 anos (LEFAUCHEUR, 1980; SANTOS, 2008).

¹⁰ Morar em quarto de hotel precário e mesmo insalubre é a solução pontual para homens e mulheres que aguardam uma vaga em instituições assistenciais.

¹¹ *Habitation a loyer modéré* (moradia a aluguel moderado). Além do preço moderado, Samantha paga um aluguel de baixo valor por se beneficiar do APL, subsídio para o pagamento de aluguel.

destina aos cuidados dos idosos ou das crianças pequenas, mas será necessário passar por uma prova.

A segunda união de Samantha, que resultou no nascimento dos seus dois filhos menores, foi também tumultuada e decepcionante, “mais do que a primeira”, o que a faz guardar uma desagradável sensação de má sorte nas relações afetivas. No seu relato Samantha coloca em primeiro plano as dificuldades de ser mãe sem cônjuge, focando na questão da necessidade de um relacionamento estável no plano afetivo, familiar e financeiro. Em seu discurso, ela não evidencia a existência de uma discriminação social dentro da relação metrópole/colônia, tampouco racial, mas sua trajetória é marcada por violações, sem justificativas consistentes, de seus direitos, principalmente nas relações de trabalho, em especial no quesito da garantia dos direitos trabalhistas (trabalho sem férias, demissão após licença maternidade, bloqueio do seguro desemprego). Pressionada a aceitar o serviço que lhe é oferecido, e trabalhar sob qualquer condição, é vista como “boa assistida” por sua assistente social, o que lhe rende um local de moradia, ainda que seja uma quitinete. Assim, Samantha segue uma trajetória de fracasso nas relações conjugais, familiares (com as irmãs) e de emprego. A boa reputação no Estado é o que lhe resta, a “carreira institucional” passando então a ser a carreira moral disponível para ela. Em nossa pesquisa de doutorado, tal percurso institucional é igualmente observado nas trajetórias das mulheres monoparentais imigrantes estudadas, as quais, em seu isolamento, viam-se obrigadas a tecer uma rede social bastante complexa como estratégia de sobrevivência com seus filhos (SANTOS, 2008). Assim, elas recorrem a associações que intermedeiam os serviços existentes para obter abrigo, moradia social, emprego, atendimento de educadores, programas de lazer, etc., de modo mais intensivo do que ocorre no caso das mulheres autóctones e da metrópole (brasileiras, francesas e japonesas).

Rosa (Japão): carreira trabalhadora informal

A quarta maior comunidade estrangeira do Japão, a filipina (aproximadamente 210.000 indivíduos em 2010, segundo o Ministério da Justiça do Japão)¹², é predominantemente feminina, em grande medida graças a uma modalidade de imigração temporária, de seis meses, por meio de um visto voltado para o entretenimento artístico, cultural e esportivo (*kokgyo visa*). No caso da imigração das filipinas, uma estrutura de tráfico humano é montada, desde o final dos anos oitenta,

¹² A comunidade chinesa, cerca de 687.000 indivíduos, é a maior comunidade estrangeira no Japão, seguida da coreana (566.000 indivíduos) e da brasileira (quase 230.000 indivíduos) (MINISTRY OF JUSTICE OF JAPAN, 2009).

por intermédio de **promotores**, que recrutam jovens daquele país para levá-las ao Japão e trabalharemos como *hostess* (no sentido japonês, mais próximo ao serviço de acompanhante em bares noturnos frequentados por homens de negócios), sob o pretexto de que são profissionais da área do entretenimento¹³ (TAKEDA, 2005).

A permanência das filipinas no Japão tem engendrado um fenômeno massivo de casamentos mistos naquele país. Elas são as segundas que mais se casam com os japoneses, depois das chinesas (NISHIGUCHI, 2005). No contexto de trabalho ligado ao comércio do corpo, da feminilidade, e da afetividade, o relacionamento amoroso das filipinas com os japoneses é majoritariamente concretizado no local de trabalho, em uma relação de desigualdade econômica, social e de gênero (PARREÑAS, 2010). Segundo Ballescás (1994), o símbolo do sucesso das *entertainers* das Filipinas é o casamento com um japonês. As consequências de tais relações têm levado a novas questões na sociedade japonesa, desde o início dos anos noventa: a ruptura, mesmo durante a gravidez, resultando no crescimento do número de mães solteiras e crianças ilegítimas, com visto vencido e sem o reconhecimento paterno (BALLESCAS, 1994; MORIKI, 2004).

Foi exatamente nesse contexto da imigração como *entertainer* que Rosa¹⁴, com 47 anos na época da entrevista, foi ao Japão há mais de 20 anos. Conheci Rosa por intermédio de uma integrante, que a conhece há mais de dez anos, de uma organização não-governamental feminista da cidade de Kobe, próximo a Osaka. Com aparência um pouco cansada, mas deixando supor que fora muito bonita quando jovem, Rosa é fisicamente muito próxima do tipo de uma mulher latina. Ainda que seja bastante fluente no japonês, com o jeito de falar típico da região de Osaka, o sotaque filipino permanece forte. Sua infância nas Filipinas foi vivida na roça, onde seu pai cultivava arroz e verduras. A mãe saiu de casa cedo deixando a família, e voltou a casar-se com outro homem. Rosa cresceu, então, com o pai, as duas irmãs mais novas, a tia e a avó. Começou a trabalhar cedo, isto é, a partir de 13, 14 anos, costurando em casa ou no chão de fábrica de uma confecção, ao mesmo tempo em que ia para a escola.

Depois de terminar o ensino médio, Rosa saiu de casa para trabalhar na capital, Manila, no café de um hotel. Lá conheceu um japonês, um **promotor**, que a convidou a trabalhar no Japão como *entertainer*, com passaporte e passagem pagos antecipadamente pela produtora (empreiteira). O visto era de turista, e não o de entretenimento, com validade de apenas três meses. Com o término do direito à estadia no país, Rosa voltou para Filipinas para renovar o visto e voltou

¹³ Segundo Takeda (2005, p.83-84), apesar de serem frequentemente vistas no Japão e nas Filipinas como profissionais do sexo, atividades como prostituição e *striptease* não são as da grande maioria, que se limita ao serviço de *hostess*, estritamente dentro do estabelecimento noturno que as contratou.

¹⁴ Nome fictício.

ao Japão para exercer o mesmo trabalho. Na terceira vez que repetiu o mesmo trajeto, teve permissão de ficar somente duas semanas. Apesar de não haver acordo nesse sentido, o dono da produtora a obrigou a devolver o dinheiro da passagem nesse curto período, o que a forçou a prolongar a estadia e permanecer no país ilegalmente. Foi nessa circunstância de permanência clandestina no Japão que Rosa conheceu o pai de suas filhas, um homem 14 anos mais velho, cliente do bar *karaokê* onde trabalhava. Ela estava com 27 anos. Ele, que era casado, dizia ser divorciado. Como frequentava o bar todas as noites e mantivera um apartamento para Rosa durante cinco anos, ela nunca havia suspeitado. Prometeu que iria se casar com ela, mas suas visitas ao apartamento passaram a ficar cada vez mais esparsas depois que tomou conhecimento da gravidez da amante. Mesmo assim Rosa decidiu levar a gestação adiante pois, além do desejo de ser mãe – “já estava com 32 anos” – não podia conceber, como católica, um aborto, embora este seja legal no Japão. Quando sua filha nasceu, o pai se recusou a reconhecê-la, marcando-a com a condição de filha apenas de sua mãe filipina, sem pai japonês, estrangeira no país em que nasceu e cresceu. Durante a relação conturbada com esse homem que se arrastou depois do nascimento da criança, Rosa engravidou da segunda filha. Desesperada e deprimida na condição de estrangeira ilegal, grávida e sozinha, ela entrou em contato com o consulado das Filipinas que lhe indicou uma associação de auxílio às mulheres estrangeiras em dificuldades. Com a ajuda da associação e uma advogada especialista nas questões envolvendo casos de mulheres estrangeiras, notadamente asiáticas, e seus filhos abandonados por homens japoneses, Rosa processou o pai de suas filhas para obter o reconhecimento da paternidade e sua estadia permanente no país. Ele aceitou legitimá-las quando foi advertido de que seria obrigado a realizar o teste de DNA caso negasse a paternidade. Isso fez com que a criança que ainda estava no ventre de Rosa obtivesse a nacionalidade japonesa¹⁵. A filha maior, não logrando o reconhecimento paterno mais cedo, não conseguiu receber a nacionalidade japonesa, o que levou Rosa a uma outra batalha judicial para obtenção de cidadania japonesa para a primogênita. Rosa perdeu o processo, de maneira que sua filha conserva apenas a nacionalidade do país que não conhece. Hoje, Rosa receia que a menina tenha problemas no futuro para continuar no Japão. A solução seria solicitar o direito de permanência, mas Rosa está otimista e pensa que, com a rápida mudança de mentalidade dos japoneses, sua filha ainda obterá a cidadania japonesa.

As filhas, com 14 e 12 anos no momento em que a entrevista foi realizada, nunca viram o pai, que faleceu em 2004 por causa de um câncer. Rosa soube do

¹⁵ Tratando-se de uma criança de casal sem laço matrimonial, sendo a mulher estrangeira e o homem japonês, o reconhecimento paterno deve ser feito durante a gestação para que a criança seja admitida como japonesa nata.

falecimento dele por intermédio da advogada, pois a pensão havia sido subitamente interrompida. Ela utilizava o valor da pensão para pagar o aluguel.

Rosa continuou no trabalho de *entertainer* enquanto sua primogênita ainda era bebê e durante a segunda gravidez. Mas, após o nascimento da caçula, passou a trabalhar como operária em fábricas, durante o dia, e como garçone, à noite. Enquanto trabalhava, as filhas ficavam aos cuidados de creches e serviços alternativos voltados para crianças. A ausência de um parente para auxiliá-la fez com que ela se tornasse inteiramente dependente de instituições para conciliar trabalho e família. Tem sido grande o esforço de Rosa no sentido de não faltar a seus compromissos profissionais, pois está sempre sob a pressão de perder o emprego. Seus cuidados vão também no sentido de não ser mal falada por causa da condição de estrangeira, de ex-trabalhadora em casas noturnas e de mãe solteira.

Rosa vai à missa todos os domingos. A igreja é o local onde a comunidade filipina do Japão se encontra, sendo também um lugar onde se pode obter informações diversas, desde indicações de vagas de emprego até de associações a que se pode recorrer em momentos de dificuldade. No entanto, Rosa procura não se envolver em profundidade com suas conterrâneas, por receio de ser alvo de fofocas. Deve-se afirmar que a estadia de Rosa no Japão é longa o suficiente para que possa recorrer a ajuda por meio da rede social que construiu fora da comunidade filipina, durante os anos de dificuldades como imigrante e, principalmente, de batalha judicial. Nesse sentido, sua vida assemelha-se à de Samantha e de outras imigrantes monoparentais que encontramos na França as quais, também, optam por uma “carreira institucional” (SANTOS, 2008.).

Em relação às políticas públicas, Rosa se beneficia de dois programas de transferência de renda: o *seikatsu hogo*, para complementar sua renda, e o *jidofuyo teate*, voltado para famílias monoparentais. Beneficia-se também do programa de acesso à saúde a baixo custo para famílias monoparentais e, quando suas filhas eram pequenas, haviam prioridade no acesso à creche. Para tanto, Rosa deve periodicamente comprovar sua baixa renda e sua situação de monoparentalidade perante a prefeitura. Ela deve mostrar seu holerite mensalmente e, em média uma vez a cada cinco meses, o assistente social da prefeitura, responsável pelo caso de Rosa, vem inspecionar se sua condição de vida permanece indicada para o recebimento da renda. Ele quer saber se Rosa continua suficientemente pobre, examinando se ela não possui artigos de luxo (como carro, ar condicionado) ou se não está morando com um homem¹⁶. Rosa prefere que suas filhas não saibam que ela recebe renda

¹⁶ Dados que compõem as condições de elegibilidade do programa, além de ter de comprovar que não possui familiares que possam ajudar financeiramente o/a solicitante.

do Estado, pois é desonroso para ela que uma mãe de família não possa, sozinha, sustentar seus filhos.

Hoje Rosa trabalha numa empresa subcontratada de uma cadeia de restaurantes especializada em carangueijo, tratando alimentos congelados numa sala refrigerada. Ela conseguiu o serviço numa sessão especializada para estrangeiros na agência de emprego do Estado *Hello Work*. No começo entrou como agente de limpeza, pois não sabe ler nem escrever em japonês. Mas o chefe do grupo reconheceu seu rápido aprendizado e a promoveu para trabalho na linha de empacotamento dos alimentos. Rosa foi contratada como trabalhadora em tempo parcial. Ela pensa não haver perspectiva de ser efetivada; considera que o líder do grupo dá preferência a outros trabalhadores, os japoneses. Com renúncia, admitindo sua situação marginal como estrangeira, diz não se importar, pois “o fato de ter um emprego já está bom”. Rosa mantém, ainda, uma segunda jornada de trabalho à noite, num restaurante coreano, perto de sua casa. Ela diz ser frequentemente elogiada por ser esforçada em terra estrangeira, mas ao mesmo tempo não fez amizade com os japoneses, a não ser com a integrante da ONG acima citada, com quem mantém relação muito próxima (passa as festas na casa dessa mulher com suas filhas, e pede conselho e ajuda em momentos de dificuldade).

Comparando as trajetórias

As trajetórias das três mulheres é marcada pela reiteração constante do estigma sofrido apesar de si mesmas, pois são constantemente lembradas, tal como o sinal que marcava outrora o corpo das pessoas consideradas **imorais**. O aspecto moral significado e simbolizado pelo sinal revela as razões pelas quais diferentes características sociais das três mulheres (origem racial, étnica ou nacional, a monoparentalidade, a pobreza e a idade avançada), atravessadas pelo quesito gênero feminino, são estigmatizadas. Sofrendo os desdobramentos da história da escravidão e da colonização, as três mulheres e seus filhos são inseridos numa estrutura em comum que ocupa três dimensões, tomando como base o que Collins (1991) menciona para explicar a opressão das mulheres negras dos Estados Unidos: a exploração da força de trabalho das mulheres discriminadas em função de sua raça e etnia; a negação da educação; e o controle da imagem das mulheres discriminadas em razão da raça e da etnia. Segundo a autora, trata-se de um processo ideológico para impor qualificações estereotipadas às mulheres de minoria racial e étnica a fim de justificar a opressão, desde a imagem da ama-de-leite durante a escravidão, passando pelas *mammies* (empregadas domésticas ou babás negras, principalmente do sul dos Estados Unidos, sendo a palavra frequentemente utilizada com conotação ofensiva)

e pelas prostitutas até as chefes de família monoparental usuárias do auxílio do Estado, desprezadas como *welfare mothers*. No Brasil, imagens estereotipadas que remetem ao corpo, à utilidade e à sexualidade são de modo semelhante associadas às mulheres negras, como a de “mãe preta”, assim como, quando não a de prostituta, a de “símbolo da sexualidade exacerbada”, em contraposição às mulheres brancas que seriam recatadas (GOMES, 2004, p.129). A resistência à tal naturalização da mulher marginalizada perpassa as trajetórias das três mulheres entrevistadas, que parecem querer constantemente contrapor-se à imagem imoral atrás de sua condição social negativa em várias camadas, desenvolvendo uma identidade social forjada num forte ascetismo, uma “carreira moral” particular. Kika como militante do movimento negro, do feminismo e da religião de matriz africana; Samantha, numa sucessão de problemas familiares, conjugais, empregatícios, de saúde e de moradia, constantemente provando sua seriedade e responsabilidade no emprego e perante as instituições; e Rosa, como imigrante ilegal, batalhadora judicial que ascendeu à legalidade e trabalhadora árdua, assim como boa usuária do sistema de assistência pública.

A percepção do estigma de raça/etnia/nacionalidade acontece em diferentes fases da vida das três mulheres: Kika se percebe negra duas vezes, ambas numa experiência com um homem. A primeira, ainda adolescente, quando foi rejeitada pelo pai do primeiro filho, constatando ter sido apenas objeto de satisfação do desejo sexual dos brancos; e, anos mais tarde, quando foi amante de um homem, igualmente branco, que lhe valorizou e mostrou a beleza da raça negra. Depois de tomar conhecimento do estigma que carrega a mulher negra, mas sem reagir e ainda na inércia, a interação com esse namorado permitiu-lhe assumir a identidade étnica e fundamentar sua carreira militante. Samantha desde criança sentia-se marginalizada no seio da família porque suas irmãs possuem pele mais clara e têm o sobrenome do pai. Tal sentimento de inferioridade fazia com que ela tivesse brigas frequentes com suas irmãs. Sua escolha de seguir a carreira assistida recorrendo às instituições foi inaugurada por essa estigmatização primária. Ela consegue lidar melhor com a assistência do que com as irmãs, os pais dos filhos e o emprego. Rosa, por sua vez, toma conhecimento, por meio da descoberta do *status* matrimonial do pai de suas filhas, que foi objeto de desrespeito do homem em que confiou, para depois vivenciar o abandono e a recusa do reconhecimento paterno. Isso faz com que ela reconheça sua posição de estrangeira no Japão e as possibilidades e limites existentes para viver naquela sociedade, travando uma batalha judicial, regularizando a situação das filhas e a sua.

Diferente de Kika, Samantha e Rosa não vinculam o problema da discriminação ao tratamento desigual entre elas e seus colegas e ao impedimento da ascensão em sua carreira. Mesmo que precise constantemente comprovar sua

seriedade por meio do trabalho bem feito, da maternidade bem exercida e do bom uso do dinheiro que lhe confere a ordem pública, não supõem sofrer qualquer discriminação por ser cidadã de uma antiga colônia francesa ou estrangeira no Japão, tampouco por ser mãe solteira e pobre. Se estigma é a situação do indivíduo desqualificado impedido de obter aceitação social plena (GOFFMAN, 1986), e a maioria dos franceses e japoneses parecem rejeitar, com descrédito, Samantha e Rosa respectivamente, a “interpretação do mundo” de ambas ocorre em outra dimensão. Na subjetividade de Samantha, o problema é o fato de “não ter sorte” nas relações amorosas, e contar com um homem para melhorar sua condição. Rosa parece considerar sua situação atual muito melhor do que a anterior, quando correu o risco de ser deportada junto com a filha maior por causa de sua condição de imigrante ilegal. Não ignora, inclusive, que a idade avançada só faz encolher suas possibilidades no mercado de trabalho.

A despeito do aspecto subjetivo de Samantha, a condição de mulher chefe de família monoparental aparece como um dado menor de discriminação e obstáculo para a mobilidade social, em contraponto à combinação dos atributos de gênero, raça/etnia e idade. Podemos afirmar que no caso das três mulheres, a pauperização não é explicada pela monoparentalidade, ou seja, aqui ela não concorre para o fenômeno da feminização da pobreza. Ela é significativa nas trajetórias de mulheres chefes de família monoparental que passaram pelo processo de pauperização em razão da ruptura de um casamento onde a esposa dependia financeiramente do marido, principalmente por ter interrompido as atividades profissionais em razão da vida marital ou da maternidade (SANTOS, 2008). As três mulheres têm muito pouco em comum com tais trajetórias. Ao contrário, elas desenvolvem um *ethos* de autonomia por meio do trabalho ao longo de sua vida reprodutiva, seja ele formal ou informal.

Por fim, a similitude da situação das entrevistadas pode significar que elas fazem parte da população de base do planeta inserida no processo internacional da bipolarização das mulheres, como um dos “paradoxos da mundialização” apontados por Hirata e Le Doaré, (1998). Nesse contexto, as condições sociais das mulheres etnicamente minoritárias parecem se assemelhar mais entre si, mesmo entre países fortemente contrastantes em termos socioeconômicos e culturais, do que se diferenciar.

Conclusão

Foi possível, neste breve estudo, tipificar as “carreiras morais” de três mulheres chefes de família monoparental a partir de seus relatos de vida e em função das interações sociais vividas nas esferas pública e privada, produtiva e

reprodutiva, social e econômica. As carreiras militante, institucional e trabalhadora informal não permitem uma ascensão social, por meio da educação e do trabalho, por causa do estigma que seus atributos sociais representam, conduzindo-as cada vez mais à dependência da assistência, pública e/ou privada. O avanço da idade faz com que tanto o acesso como a manutenção do emprego tornem-se cada vez mais problemáticos, principalmente quando se considera que trata-se de mulheres fora do mercado de trabalho formal de longa duração. Sem perspectiva de aposentadoria, mas ainda em fase de criação dos filhos, a questão do avanço da idade vem então acrescentar como indicador de aprofundamento, se não da precariedade, da fragilidade subjetiva e objetiva de uma mulher chefe de família monoparental pobre. Assim, podemos afirmar que, junto com os atributos de raça/etnia/nacionalidade, a idade representa uma variável que pode seriamente reforçar a feminização da pobreza das mães sem cônjuge.

SINGULAR LIFE STORIES, SHARED EXPERIENCES: SINGLE MOTHERS IN BRAZIL, FRANCE AND JAPAN FROM THE POINT OF VIEW OF RACE/ETHNICITY/NATIONALITY, CLASS AND AGE

ABSTRACT: *This article investigates the “moral career” of three single mothers that are part of the ethnic and racial minority – an object of stigma – in Brazil, France and Japan. Kika, a 55 year-old Brazilian, is a resident of the outskirts of São Paulo; Samantha, a French woman of 42, is originally from Martinique; and Rosa, 47, a Philippino immigrant in Japan. Although living in contrasting societies from the socioeconomic and cultural viewpoints, we may identify more similarities than differences in the formation of the social identity of these women, who share experiences of discrimination based on class, gender and race/ethnicity/nationality, obstacles to their access to steady employment and whose consequence is poverty, which becomes worse with advancing age.*

KEYWORDS: *Stigma. Moral career. Single mothers. Race/ethnicity/nationality. Poverty. Age.*

Referências

- BALLESCAS, M. R. P. **Filipino entertainers in Japan: an introduction**. Tóquio: Akashi Shoten, 1994.
- COLLINS, P. H. **Black feminist thought. Knowledge: consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 1991.
- COULON, A. **l'école de Chicago**. Paris: PUF, 2004.
- DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. **Analyser les entretiens biographiques: L'exemple de récits d'insertion**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2007.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- GOFFMAN, E. **Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates**. New York: The Anchor Books, 1961.
- GOFFMAN, E. **Stigma: notes on the management of spoiled identity**. New York: Touchstone, 1986.
- GOMES, T. de M. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro nos anos 1920. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.23, p.121-147, jul.-dez. 2004.
- HIRATA, H.; LE DOARE, H. Les paradoxes de la mondialisation. **Cahiers du GEDISST**, Paris, n.21, p.5-34, 1998.
- INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ECONOMIQUES [INSEE]. **Personnes nées dans les DOM résidant en France métropolitaine aux recensements de 1990 à 2006**. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=23&ref_id=popop310a>. Acesso em: 20 set. 2010.
- LEFAUCHEUR, N. Familles à parent unique. **Le groupe familial**, Paris, n.87, p.10-16, avril-juin 1980.
- LE SERVICE DES DROITS DES FEMMES ET DE L'ÉGALITÉ. **Familles monoparentales**. 01 Oct. 2002. Disponível em <http://www.solidarite.gouv.fr/IMG/pdf/synthese_actualite_15-04-11.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2005.
- MARCÍLIO, M. L. Padrões da família escrava. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, v.9, p.10-13, jan.-abr.1991.
- MINISTRY OF HEALTH, LABOR AND WELFARE OF JAPAN. **Heisei 21 nen Kokumin seikatsu kiso chosa jokyo = [Pesquisa básica da situação de vida das pessoas ano**

2009]. Tokyo, 2009. Disponível em: <<http://www.mhlw.go.jp/toukei/saikin/hw/k-tyosa/k-tyosa09/1-1.html>> Acesso em: 28 out. 2011.

MINISTRY OF JUSTICE OF JAPAN. **Heisei 20 nen matsu genzai ni okeru gaikokujin torokusha tokei = [Estatística dos estrangeiros legais no final do ano de 2008]**. Tokyo, 2009. Disponível em: <http://www.moj.go.jp/nyuukokukanri/kouhou/press_090710-1_090710-1.html>. Acesso em: 28 out. 2011.

MORIKI, K. Kokusai kongaiishi no kokuseki kakunin sosho kara = [Considerações a partir do processo para a obtenção da nacionalidade japonesa das crianças estrangeiras não legítimas]. In: Konsakai (Ed.). **Hikon no oya to kongaiishi = [As mães solteiras e os filhos não legítimos]**. Tóquio: Aoki Shoten, 2004. p.183-209.

NISHIGUCHI, R. Yuragu boshi kankei no nakade = [Entre as relações instáveis entre mãe e filhos]. In: MIYAJIMA, T.; OTA, H. (Org.). **Gaikokujin no kodomo to Nihon no kyoiku. Fushugaku mondai to tabunka kyosei no kadai = [As crianças estrangeiras e a educação japonesa. A questão da evasão escolar e os desafios de uma coabitação multicultural]**. Tóquio: Tokyo Daigaku Shuppan Kai, 2005. p.171-189.

PARREÑAS, R. S. The care work of hostesses. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL O QUE É O “CARE”? EMOÇÕES, DIVISÃO DE TRABALHO, MIGRAÇÕES, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. p.02-23. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/downloads/2010_care_texto3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

ROCHA, C. **Histórias das famílias escravas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

SANTOS, Y. G. dos. **Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre o Brasil, a França e o Japão**. 2008. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v.37, n.132, p.573-594, 2007.

TAKEDA J. **Philippines josei enterteiner no life story**. Nishinomiya: K.G. University Press, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v.1.

Recebido em: 08/06/2011

Aprovado em: 01/11/2011

